



Rede Temática

**GARANTIA DE DIREITOS
DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

RELATÓRIO DE
PESQUISA | 2023



Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente

Desafios, realizações e perspectivas de fortalecimento

Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente

Desafios, realizações e perspectivas de fortalecimento

Realização*:



Execução:



Apoio:



Apoio de divulgação:



*A Rede Temática de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é uma iniciativa do GIFE e seus associados com o objetivo de instigar e aprofundar debates e a atuação conjunta em torno do tema, de forma regular e contínua.

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	4
2. AS DIFERENTES FASES DA PESQUISA	6
3. BREVE PANORAMA DOS CONSELHOS NO BRASIL	10
3.1. Pesquisa com conselhos municipais	11
3.2. Pesquisa com conselhos estaduais	36
4. A ESCUTA DE CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS: GRUPOS FOCAIS E ESTUDOS DE CASO	41
4.1 Fortalecimento dos conselhos: trabalho conjunto de múltiplos atores	42
4.2 Desafios enfrentados pelos conselhos	46
4.3 Boas práticas em curso: exemplos vindos de alguns conselhos	48
4.4 Efeitos das ações da Rede Temática no fortalecimento dos conselhos	56
5. RECOMENDAÇÕES À LUZ DOS DESAFIOS ATUAIS	62



1.

APRESENTAÇÃO

Este é o informe final da pesquisa sobre os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, idealizada pela Rede Temática de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (RTGDCA), uma iniciativa do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e seus associados, e realizada pela PACTO. A pesquisa teve por objetivo identificar, por métodos de aproximação sucessiva, os principais desafios enfrentados atualmente pelos conselhos, em seus diferentes níveis administrativos, com vistas a informar a RTGDCA e orientar estratégias de fortalecimento mais assertivas e em diálogo direto com as necessidades desses espaços de participação social. Ao longo de seu desenvolvimento, a pesquisa sofreu ajustes que deslocaram o foco para o nível municipal.

As diferentes fases da pesquisa trouxeram insumos para o entendimento dos desafios atuais dos conselhos municipais. Esse percurso metodológico e as principais questões levantadas serão brevemente retomados na primeira seção deste relatório.

Este texto se aprofunda na última fase da investigação, quando foram escutados(as) conselheiros(as) de diferentes regiões do país, por meio de uma pesquisa, Grupos Focais (GFs) e entrevistas em profundidade. A escuta aprofundada permitiu ajustar as lentes para observar o cotidiano dos conselhos, os desafios enfrentados, bem como as ações e alternativas potentes que têm desenhado, a despeito do contexto adverso dos últimos anos para os espaços de participação social.

Aproximar-se dos conselhos e buscar compreender seus processos e desafios cotidianos é um movimento importante realizado pela Rede Temática, pois, além de orientar ações de fortalecimento desses órgãos, também ilumina ações que vêm dando certo. Tal movimento não só reafirma a importância política e social desses espaços de participação, como a relevância do investimento social privado (ISP) no fortalecimento dos conselhos. Ação importante, que poderá contribuir para a reconstrução de espaços participativos, após o contexto adverso vivido nos últimos anos, marcado pelo enfraquecimento das instâncias de controle social¹ e os efeitos socioeconômicos da pandemia de covid-19. Isso, sem desconsiderar as grandes desigualdades regionais que historicamente marcam a realidade desses órgãos.

A fim de possibilitar mais reflexões e desdobramentos dos achados aqui relatados, recomenda-se que este texto circule entre os atores da Rede Temática. Espera-se que possa gerar debates e reflexões capazes de iluminar ações que fortaleçam os conselhos de direitos da criança e adolescente, razão principal que motivou as escutas.

¹ O Decreto 9.759 de 2019 extinguiu conselhos e órgãos colegiados ligados à administração federal.



AS DIFERENTES FASES DA PESQUISA

É inegável a importância dos espaços de participação social para a democracia brasileira. No que diz respeito à defesa e promoção de direitos da criança e do adolescente, os conselhos representativos são conquista democrática fundamental. Ciente da **importância de organizações sociais e filantrópicas se somarem a tais esforços**, a RTGDCA propôs, em 2021, a realização de uma pesquisa para conhecer desafios enfrentados pelos conselhos, a qual pudesse oferecer insumos qualificados para o desenho de propostas e estratégias de fortalecimento. A pesquisa contou com diferentes movimentos metodológicos complementares, a saber:

- Revisão da literatura especializada (revisão bibliográfica)
- Escuta de especialistas (painel com 4 pessoas)
- Escuta de atores da RTGDCA (9 entrevistas)

Essas primeiras escutas trouxeram pistas importantes sobre os desafios enfrentados pelos conselhos, dentre os quais podemos destacar:

- Percepção de **falta de apoio da gestão municipal** aos conselhos, impactando suas possibilidades de ação.
- Entendimento de que as **desigualdades territoriais** produzem conselhos muito diversos entre si, em termos de infraestrutura técnica e administrativa, criando dificuldades para a efetivação de ações.
- Percepção de que os **órgãos de participação social vêm perdendo legitimidade social** nos últimos anos e de que é preciso que essa legitimidade seja retomada, dentre outras formas, pela comunicação das ações dos conselhos e uma proximidade maior com diferentes atores sociais (dentro e fora do Sistema de Garantia de Direitos) para trabalho articulado.

Para aprofundar tais questões e apreender os desafios a partir da percepção daqueles que os vivenciam diretamente em seu cotidiano de trabalho - conselheiros(as) municipais - é que um **último movimento de pesquisa foi realizado**, com a escuta direta de conselheiros e conselheiras, realizada utilizando as seguintes técnicas:



Pesquisa aplicada em **643 conselhos municipais** e **8 conselhos estaduais e do Distrito Federal**.



Três grupos focais com conselhos escolhidos em diálogo entre PACTO e Rede Temática.



Três entrevistas em profundidade com conselheiros(as), para a identificação de “boas práticas”.

Nos **grupos focais**, buscamos viabilizar a presença de diferentes perfis de conselheiros(as), a fim de garantir diversidade de pontos de vista, contrapontos e diálogos. Os grupos eram mistos, com a presença dos seguintes perfis:



Conselheiros representantes da sociedade civil.



Conselheiros representantes da gestão pública.



Conselheiros iniciantes na atividade (primeiro mandato).



Conselheiros “experientes” na atividade (segundo mandato ou mais).



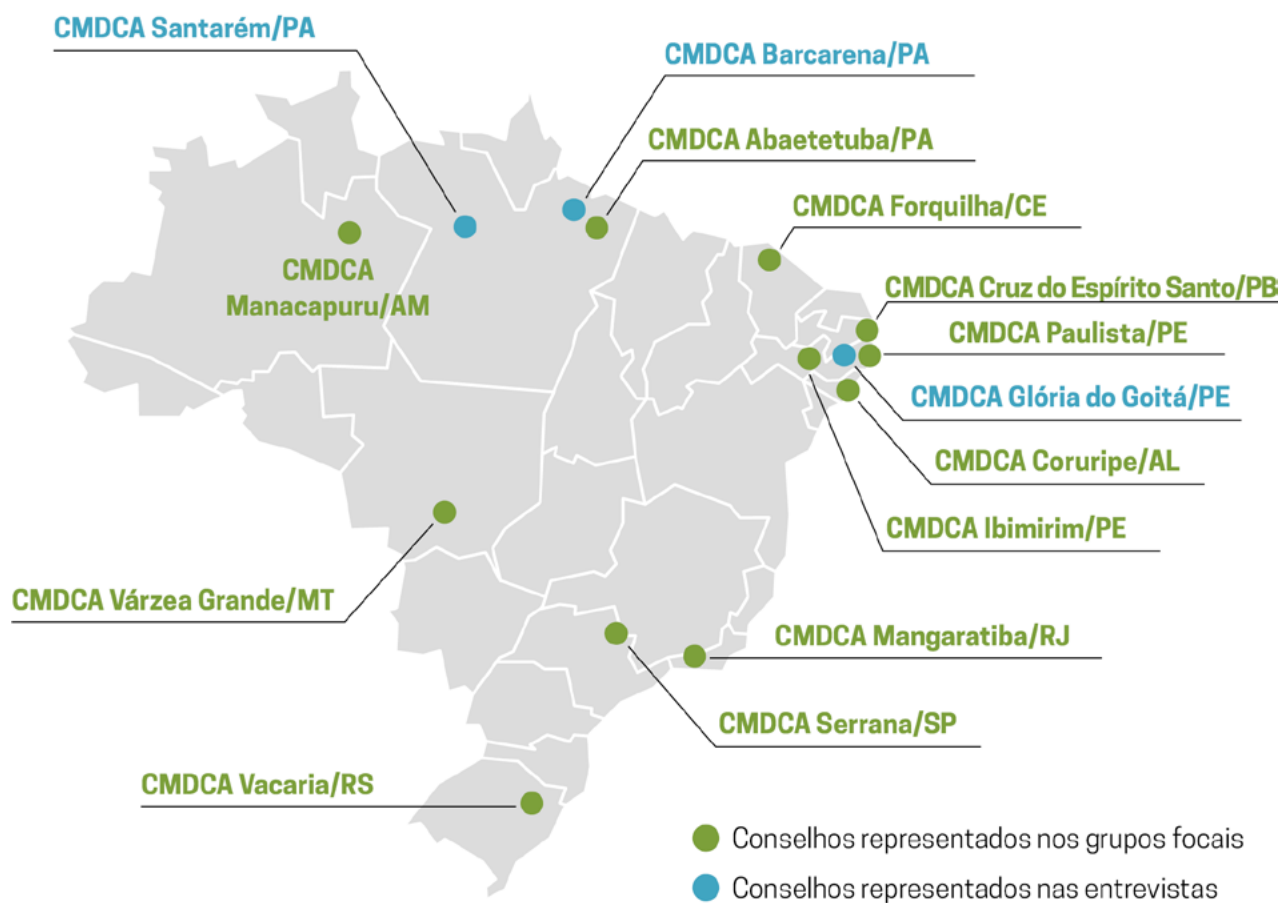
Conselhos em diferentes graus de estruturação, em termos de infraestrutura, alcance de ações, etc.



Conselhos beneficiados ou não por direcionamento de recursos para projetos por parte de membros da RT.

Nas **entrevistas em profundidade** foram ouvidas duas conselheiras e um conselheiro, com nomes sugeridos pela Rede Temática, cujos conselhos se encontram em bom nível de estruturação e informam sobre ações necessárias para isso, ou dão notícias das “boas práticas” em curso.

Imagem 01. Conselhos representados nos grupos focais e nas entrevistas





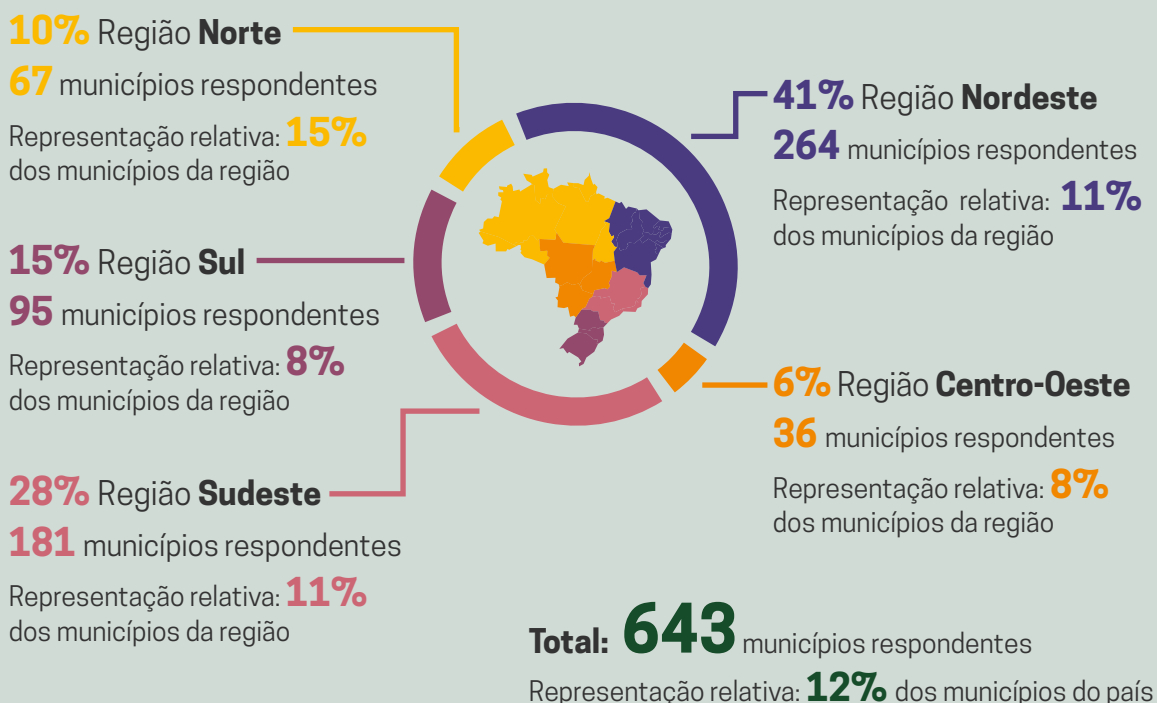
BREVE PANORAMA DOS CONSELHOS NO BRASIL

A seguir, recuperamos um breve panorama dos conselhos no que diz respeito a alguns aspectos fundamentais, como a existência de um Fundo da Infância e Adolescência (FIA) ativo, a relação com a gestão pública e outros atores do Sistema de Garantias, e a realização de certas ações esperadas desses órgãos. Iniciamos com os conselhos municipais, seguidos dos estaduais.

3.1. Pesquisa com conselhos municipais

Obtivemos respostas de 643 municípios, representando 12% do total de cidades do país. O quadro abaixo apresenta a representação na amostra e a representação relativa a cada região brasileira.

Quadro 01. Total de respostas da pesquisa de Conselhos Municipais e suas representações no total de respostas e no total de municípios por região brasileira.





A. Região Norte

Na Região Norte, obtivemos respostas de 67 municípios, o que representa 15% do total de cidades da região.

Na relação com **Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente** ou Fundos da Infância e Adolescência (FIA), entre os 67 municípios respondentes, 72% (n=48)* possuem um fundo da infância e adolescência ativo, isto é, um fundo criado por lei, com CNPJ definido, com conta corrente aberta em banco público e inscrito no Ministério dos Direitos Humanos e na Receita Federal. Outros 19% (n=13) não possuem fundo ativo e 9% (n=6) não souberam responder.

Quanto à **arrecadação**, o quadro abaixo sintetiza as informações.

Quadro 02. Total de respostas da pesquisa de Conselhos Municipais da Região Norte do Brasil e suas representações no total de respostas da região e no total de municípios por estado.

Estado	Arrecadação por IRPJ	Faixa de valor arrecadado por IRPJ	Arrecadação por IRPF	Faixa de valor arrecadado por IRPF
Acre	1	De R\$ 10 até R\$ 50 mil	0	-
Amapá	0	-	2	2 municípios de R\$ 50 até R\$ 100 mil
Amazonas	1	Não informado	1	Não informado
Pará	10	2 municípios de R\$ 100 até R\$ 500 mil Demais municípios não informado	7	2 municípios até R\$ 10 mil 1 município de R\$ 10 até R\$ 50 mil Demais municípios não informado
Rondônia	7	1 município de R\$ 10 até 50 mil 3 municípios de R\$ 100 até 500 mil Demais municípios não informado	7	3 municípios até R\$ 10 mil 2 municípios de R\$ 100 até R\$ 500 mil Demais municípios não informado
Roraima	0	-	0	-
Tocantins	4	2 municípios de R\$ 50 até R\$ 100 mil 2 municípios de R\$ 100 até R\$ 500 mil	4	3 municípios até R\$ 10 mil 1 município de R\$ 50 até R\$ 100 mil
Total	23 (34%)		21 (31%)	

* n é o número total de municípios entre os respondentes.

Chama atenção o fato de que um percentual pequeno dos municípios respondentes realiza arrecadação de pessoas jurídicas (34%) e de pessoas físicas (31%). Por outro lado, quando perguntados quanto à existência de um plano (diagnóstico, plano de prioridades, etc.) que orienta o uso dos recursos do fundo da infância e da adolescência, 40% (n=27) dos municípios respondentes afirmaram possuir diagnósticos de prioridades e 34% (n=23) afirmaram possuir planos decenais que orientam as ações.

Quanto à **relação com a gestão e atores do sistema de garantias**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

Quadro 03. Percentual de municípios respondentes, por estado (Região Norte), que afirmaram positivamente aspectos de sua relação com a gestão e com atores do sistema de garantias.

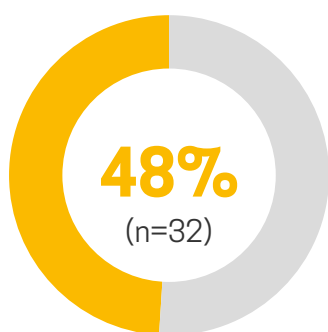
Estado	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	Região Norte
A gestão municipal tem sido aberta e colaborativa com as ações deliberadas pelo Conselho.	100% (n=3)	25% (n=1)	40% (n=2)	64% (n=21)	70% (n=7)	0	55% (n=6)	60% (n=40)
O Conselho tem efetiva autonomia para realizar suas ações, sem maiores interferências de financiadores.	100% (n=3)	25% (n=1)	20% (n=1)	64% (n=21)	90% (n=9)	100% (n=1)	45% (n=5)	61% (n=41)
O Conselho e o Ministério Público Estadual trabalham de forma articulada e em parceria.	67% (n=2)	50% (n=2)	40% (n=2)	52% (n=17)	70% (n=7)	0	45% (n=5)	52% (n=35)
O Conselho e a Vara da Infância trabalham de forma articulada e em parceria.	100% (n=3)	50% (n=2)	40% (n=2)	33% (n=11)	60% (n=6)	0	45% (n=5)	43% (n=29)
O Conselho trabalha de forma articulada e em parceria com o Conselho Tutelar.	67% (n=2)	50% (n=2)	80% (n=5)	64% (n=21)	90% (n=9)	0	45% (n=5)	64% (n=43)

Quanto às **ações realizadas pelos Conselhos**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

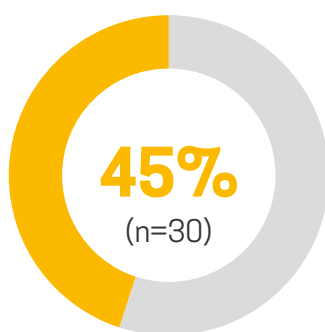
Quadro 04. Percentual de municípios respondentes, por estado (Região Norte), que afirmaram positivamente as ações realizadas.

Estado	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	Região Norte
O Conselho possui um diagnóstico atualizado que define as prioridades.	67% (n=2)	0	40% (n=2)	55% (n=18)	40% (n=4)	0	9% (n=1)	40% (n=27)
Há um documento formal que orienta as ações.	100% (n=3)	67% (n=2)	60% (n=3)	55% (n=18)	70% (n=7)	100% (n=1)	36% (n=4)	56% (n=38)
O Conselho tem um plano decenal que orienta as ações.	67% (n=2)	0	20% (n=1)	48% (n=16)	40% (n=4)	0	0	34% (n=23)
Realiza ações formativas (capacitações) para os conselheiros com boa periodicidade.	67% (n=2)	25% (n=1)	40% (n=2)	48% (n=16)	70% (n=7)	100% (n=1)	18% (n=2)	46% (n=31)
As parcerias entre o Conselho e as organizações da sociedade civil respeitam as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014 (MROSC).	100% (n=3)	75% (n=3)	40% (n=2)	58% (n=19)	70% (n=7)	0	55% (n=6)	60% (n=40)
Lança editais anualmente para receber projetos de organizações da sociedade civil.	33% (n=1)	0	0	27% (n=9)	50% (n=5)	0	27% (n=3)	27% (n=18)
O Conselho tem sido capaz de comunicar suas ações para a sociedade.	67% (n=2)	25% (n=1)	20% (n=1)	52% (n=17)	60% (n=6)	0	36% (n=4)	46% (n=31)

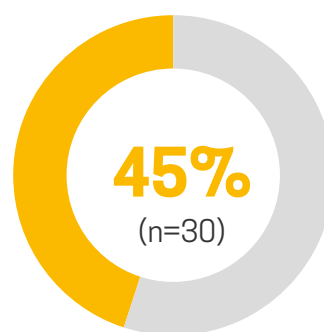
Para os municípios, os **principais desafios vividos atualmente pelos Conselhos** são:



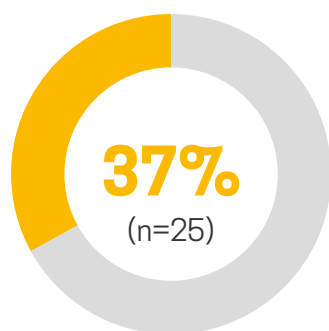
Capacitação limitada dos conselheiros na gestão de políticas públicas.



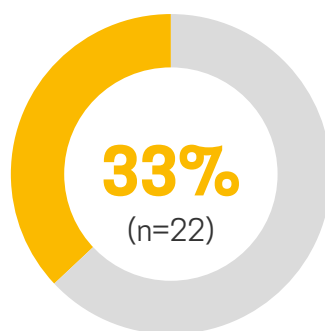
Pouca articulação da rede de garantia de direitos da criança e do adolescente.



Dificuldades na captação ou gestão de recursos do Fundo da Infância e Adolescência.



Baixo envolvimento da sociedade civil no conselho.



Limitada capacitação dos conselheiros em temas de infância e adolescência.



B. Região Nordeste

Na Região Nordeste, obtivemos respostas de 264 municípios, o que representa 15% do total de cidades da região.

Na relação com **Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente**, entre os 264 municípios respondentes, 79% (n=208) possuem um fundo ativo, isto é, criado por lei, com CNPJ definido, com conta corrente aberta em banco público e inscrito no Ministério dos Direitos Humanos e na Receita Federal. Já 14% (n=37) não possuem fundo ativo e 7% (n=19) não souberam responder.

Quanto à **arrecadação**, o quadro a seguir sintetiza as informações.

Quadro 05. Total de respostas da pesquisa de Conselhos Municipais da Região Nordeste do Brasil e suas representações no total de respostas da região e no total de municípios por estado.

Estado	Arrecadação por IRPJ	Faixa de valor arrecadado por IRPJ	Arrecadação por IRPF	Faixa de valor arrecadado por IRPF
Alagoas	10	1 município de R\$ 10 até 50 mil 3 municípios de R\$ 100 até 500 mil Demais municípios não informado	12	6 municípios até R\$ 10 mil 2 municípios de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 100 até 500 mil Demais municípios não informado
Bahia	17	6 municípios até R\$ 10 mil 1 município de R\$ 10 até R\$ 50 mil 2 municípios de R\$ 100 até 500 mil 1 município de R\$ 500 até 1 Mi 1 município mais que R\$ 1 Mi Demais municípios não informado	17	6 municípios até R\$ 10 mil 2 municípios de R\$ 50 até 100 mil 1 município mais que R\$ 1 Mi Demais municípios não informado

Estado	Arrecadação por IRPJ	Faixa de valor arrecadado por IRPJ	Arrecadação por IRPF	Faixa de valor arrecadado por IRPF
Ceará	25	4 municípios até R\$ 10 mil 2 municípios de R\$ 10 até 50 mil 6 municípios de R\$ 100 até 500 mil 1 município de R\$ 500 até 1 Mi 1 município mais que R\$ 1 Mi Demais municípios não informado	26	12 municípios até R\$ 10 mil 3 municípios de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 100 até 500 mil 1 município mais que R\$ 1 Mi Demais municípios não informado
Maranhão	10	1 município até R\$ 10 mil 1 município de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 100 até 500 mil Demais municípios não informado	7	1 município até R\$ 10 mil 2 municípios de R\$ 10 até 50 mil Demais municípios não informado
Paraíba	6	1 município até R\$ 10 mil 1 município de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 100 até 500 mil Demais municípios não informado	5	2 municípios até R\$ 10 mil 1 município de R\$ 10 até 50 mil Demais municípios não informado
Pernambuco	21	3 municípios até R\$ 10 mil 3 municípios de R\$ 10 até 50 mil 8 municípios de R\$ 100 até 500 mil 1 município de R\$ 500 até 1 Mi 3 municípios mais que R\$ 1 Mi Demais municípios não informado	29	7 municípios até R\$ 10 mil 2 municípios de R\$ 10 até 50 mil 2 municípios de R\$ 50 até 100 mil 5 municípios de R\$ 100 até 500 mil 1 município de R\$ 500 até 1 Mi Demais municípios não informado

Estado	Arrecadação por IRPJ	Faixa de valor arrecadado por IRPJ	Arrecadação por IRPF	Faixa de valor arrecadado por IRPF
Piauí	2	Não informado	2	Não informado
Rio Grande do Norte	10	1 município até R\$ 10 mil 4 municípios de R\$ 100 até 500 mil Demais municípios não informado	13	6 municípios até R\$ 10 mil 2 municípios de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 50 até 100 mil 1 município de R\$ 500 até 1 Mi Demais municípios não informado
Sergipe	3	Não informado	3	1 município de R\$ 10 até 50 mil Demais municípios não informado
Total	104 (39%)	-	114 (43%)	-

Chama atenção o fato de que menos da metade dos municípios respondentes realiza arrecadação de pessoas jurídicas (39%) e de pessoas físicas (43%). Quando perguntados quanto à existência de um plano (diagnóstico, plano de prioridades, etc.) que orienta o uso dos recursos do fundo da infância e da adolescência, 53% (n=141) dos municípios respondentes afirmaram possuir esse plano.

Quanto à **relação com a gestão e atores do sistema de garantias**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

Quadro 06. Percentual de municípios respondentes, por estado (Região Nordeste), que afirmaram positivamente aspectos de sua relação com a gestão e com atores do sistema de garantias.

Estado	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	Região NE
A gestão municipal tem sido aberta e colaborativa com as ações deliberadas pelo Conselho.	81% (n=13)	56% (n=26)	88% (n=53)	89% (n=16)	64% (n=9)	75% (n=45)	63% (n=5)	76% (n=22)	54% (n=7)	74% (n=196)
O Conselho tem efetiva autonomia para realizar suas ações, sem maiores interferências de financiadores.	88% (n=14)	59% (n=27)	85% (n=51)	56% (n=10)	64% (n=9)	68% (n=41)	38% (n=3)	79% (n=23)	62% (n=8)	70% (n=186)
O Conselho e o Ministério Público Estadual trabalham de forma articulada e em parceria.	81% (n=13)	48% (n=22)	68% (n=41)	56% (n=10)	57% (n=8)	67% (n=40)	50% (n=4)	52% (n=15)	31% (n=4)	59% (n=157)
O Conselho e a Vara da Infância trabalham de forma articulada e em parceria.	63% (n=10)	50% (n=23)	63% (n=38)	56% (n=10)	43% (n=6)	58% (n=35)	50% (n=4)	45% (n=13)	38% (n=5)	55% (n=144)
O Conselho trabalha de forma articulada e em parceria com o Conselho Tutelar.	88% (n=14)	76% (n=35)	87% (n=52)	83% (n=15)	64% (n=9)	80% (n=48)	63% (n=5)	79% (n=23)	54% (n=7)	79% (n=208)

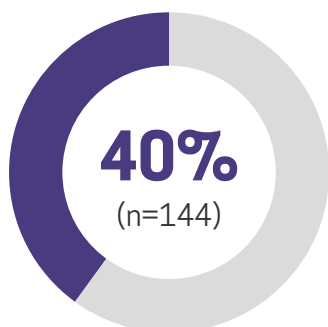
Quanto às **ações realizadas pelos Conselhos**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

Quadro 07. Percentual de municípios respondentes, por estado (Região Nordeste), que afirmaram positivamente as ações realizadas.

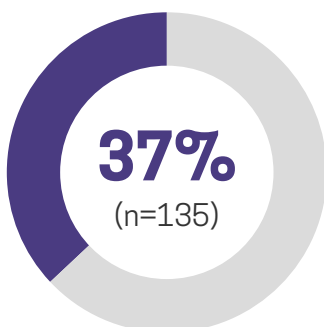
Estado	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	Região NE
O Conselho possui um diagnóstico atualizado que define as prioridades.	56% (n=9)	39% (n=18)	55% (n=33)	61% (n=11)	21% (n=3)	47% (n=28)	38% (n=3)	34% (n=10)	15% (n=2)	44% (n=117)
Há um documento formal que orienta as ações.	94% (n=15)	57% (n=26)	77% (n=46)	72% (n=13)	36% (n=5)	75% (n=45)	50% (n=4)	59% (n=17)	38% (n=5)	67% (n=176)
O Conselho tem um plano decenal que orienta as ações.	44% (n=7)	37% (n=17)	57% (n=34)	44% (n=8)	14% (n=2)	40% (n=24)	38% (n=3)	31% (n=9)	15% (n=2)	40% (n=106)
Realiza ações formativas (capacitações) para os conselheiros com boa periodicidade.	44% (n=7)	33% (n=15)	40% (n=24)	28% (n=5)	36% (n=5)	45% (n=27)	38% (n=3)	31% (n=9)	38% (n=5)	38% (n=100)
As parcerias entre o Conselho e as organizações da sociedade civil respeitam as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014 (MROSC).	88% (n=14)	65% (n=30)	72% (n=43)	56% (n=10)	36% (n=5)	80% (n=48)	63% (n=5)	59% (n=17)	46% (n=6)	67% (n=178)

Estado	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	Região NE
Lança editais anualmente para receber projetos de organizações da sociedade civil.	44% (n=7)	33% (n=15)	37% (n=22)	22% (n=4)	14% (n=2)	38% (n=23)	38% (n=3)	28% (n=8)	0	32% (n=84)
O Conselho tem sido capaz de comunicar suas ações para a sociedade.	63% (n=10)	39% (n=18)	57% (n=34)	61% (n=11)	29% (n=4)	68% (n=41)	50% (n=4)	62% (n=18)	23% (n=3)	54% (n=143)

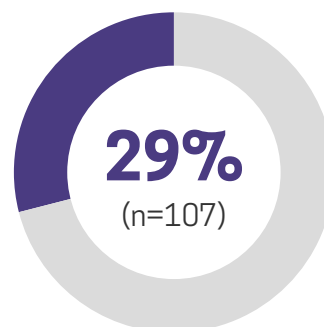
Para os municípios, os **principais desafios vividos atualmente pelos Conselhos** são:



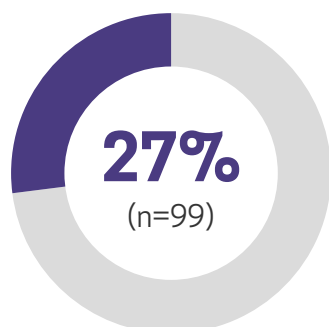
Dificuldades na captação ou gestão de recursos do fundo da infância e adolescência.



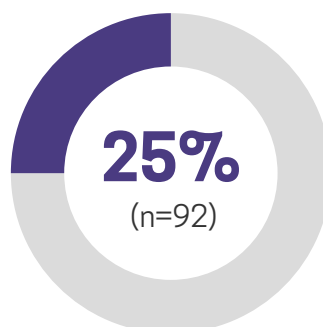
Capacitação limitada dos conselheiros na gestão de políticas públicas.



Baixo envolvimento da sociedade civil no conselho.



Pouca articulação da rede de garantia de direitos da criança e do adolescente.



Capacitação limitada dos conselheiros em temas de infância e adolescência.



C. Região Centro-Oeste

Na Região Centro-Oeste, obtivemos respostas de 36 municípios, o que representa 8% do total de cidades da região.

Na **relação com Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente**, entre os 36 municípios respondentes, 89% (n=32) possuem um fundo da infância e adolescência ativo, isto é, um fundo criado por lei, com CNPJ definido, com conta corrente aberta em banco público e inscrito no Ministério dos Direitos Humanos e na Receita Federal. Já 8% (n=3) não possuem fundo ativo e 3% (n=1) não souberam responder.

Quanto à **arrecadação**, o quadro a seguir sintetiza as informações.

Quadro 08. Total de respostas da pesquisa de Conselhos Municipais da região Centro-Oeste do Brasil e suas representações no total de respostas da região e no total de municípios por estado.

Estado	Arrecadação por IRPJ	Faixa de valor arrecadado por IRPJ	Arrecadação por IRPF	Faixa de valor arrecadado por IRPF
Goias	5	2 municípios até R\$ 10 mil 1 município de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 500 até 1 Mi 1 município não informado	9	5 municípios até R\$ 10 mil 1 município de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 50 até 100 mil 1 município de R\$ 100 até 500 mil 1 município não informado
Mato Grosso	7	1 município até R\$ 10 mil 1 município de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 50 até 100 mil 2 municípios de R\$ 100 até 500 mil Demais municípios não informado	6	1 município até R\$ 10 mil 1 município de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 100 até 500 mil Demais municípios não informado
Mato Grosso do Sul	6	2 municípios até R\$ 10 mil 1 município de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 50 até 100 mil 1 município de R\$ 100 até 500 mil 1 município não informado	7	2 municípios até R\$ 10 mil 2 municípios de R\$ 10 até 50 mil Demais municípios não informado
Total	18 (50%)	-	22 (61%)	-

De maneira geral, a Região Centro-Oeste apresentou pouco mais da metade dos municípios da amostra com arrecadação via IRPJ e IRPF. Por outro lado, quando perguntados quanto à existência de um plano (diagnóstico, plano de prioridades, etc) que orienta o uso dos recursos do fundo da infância e da adolescência, apenas 28% (n=21) dos municípios respondentes afirmaram possuir esse plano.

Quanto à **relação com a gestão e atores do sistema de garantias**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

Quadro 09. Percentual de municípios respondentes, por estado (Região Centro-Oeste), que afirmaram positivamente aspectos de sua relação com a gestão e com atores do sistema de garantias.

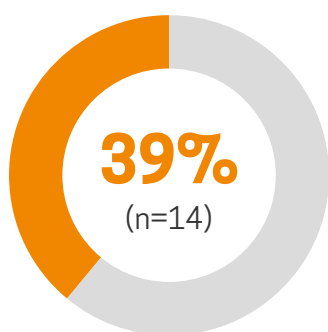
Estado	GO	MT	MS	Região CO
A gestão municipal tem sido aberta e colaborativa com as ações deliberadas pelo Conselho.	85% (n=11)	50% (n=5)	85% (n=11)	75% (n=27)
O Conselho tem efetiva autonomia para realizar suas ações, sem maiores interferências de financiadores.	85% (n=11)	70% (n=7)	77% (n=10)	78% (n=28)
O Conselho e o Ministério Público Estadual trabalham de forma articulada e em parceria.	69% (n=9)	70% (n=7)	69% (n=9)	69% (n=25)
O Conselho e a Vara da Infância trabalham de forma articulada e em parceria.	77% (n=10)	70% (n=7)	77% (n=10)	75% (n=27)
O Conselho trabalha de forma articulada e em parceria com o Conselho Tutelar.	85% (n=11)	80% (n=8)	85% (n=11)	83% (n=30)

Quanto às **ações realizadas pelos Conselhos**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

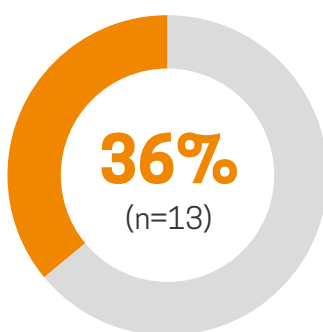
Quadro 10. Percentual de municípios respondentes, por estado (Região Centro-Oeste), que afirmaram positivamente as ações realizadas.

Estado	GO	MT	MS	Região CO
O Conselho possui um diagnóstico atualizado que define as prioridades.	38% (n=5)	20% (n=2)	31% (n=4)	31% (n=11)
Há um documento formal que orienta as ações.	54% (n=7)	50% (n=5)	69% (n=9)	58% (n=21)
O Conselho tem um plano decenal que orienta as ações.	46% (n=6)	40% (n=4)	38% (n=5)	42% (n=15)
Realiza ações formativas (capacitações) para os conselheiros com boa periodicidade.	15% (n=2)	40% (n=4)	23% (n=3)	25% (n=9)
As parcerias entre o Conselho e as organizações da sociedade civil respeitam as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014 (MROSC).	62% (n=8)	70% (n=7)	77% (n=10)	69% (n=25)
Lança editais anualmente para receber projetos de organizações da sociedade civil.	31% (n=4)	50% (n=5)	31% (n=4)	36% (n=13)
O Conselho tem sido capaz de comunicar suas ações para a sociedade.	46% (n=6)	50% (n=5)	54% (n=7)	50% (n=18)

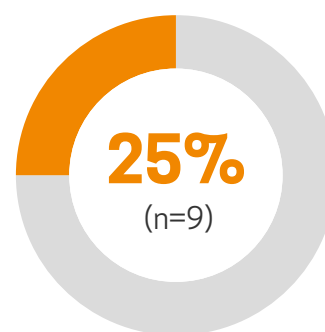
Para os municípios, os **principais desafios vividos atualmente pelos Conselhos** são:



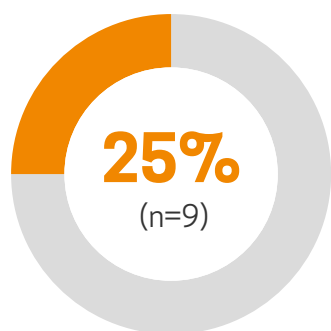
Dificuldades na captação ou gestão de recursos do fundo da infância e adolescência.



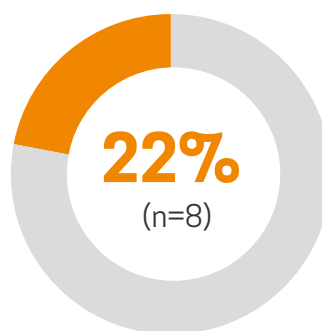
Baixo envolvimento da sociedade civil no conselho.



Pouca articulação da rede de garantia de direitos da criança e do adolescente.



Capacitação limitada dos conselheiros na gestão de políticas públicas.



Capacitação limitada dos conselheiros em temas de infância e adolescência.



D. Região Sudeste

Na Região Sudeste, obtivemos respostas de 181 municípios, o que representa 11% do total de cidades da região.

Na **relação com Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente**, entre os 181 municípios respondentes, 87% (n=158) possuem um fundo da infância e adolescência ativo, isto é, um fundo criado por lei, com CNPJ definido, com conta corrente aberta em banco público e inscrito no Ministério dos Direitos Humanos e na Receita Federal. Já 7% (n=12) não possuem fundo ativo e 6% (n=11) não souberam responder.

Quanto à **arrecadação**, o quadro a seguir sintetiza as informações.

Quadro 11. Total de respostas da pesquisa de Conselhos Municipais da Região Sudeste do Brasil e suas representações no total de respostas da região e no total de municípios por estado.

Estado	Arrecadação por IRPJ	Faixa de valor arrecadado por IRPJ	Arrecadação por IRPF	Faixa de valor arrecadado por IRPF
Espírito Santo	6	2 municípios de R\$ 100 até 500 mil 2 municípios de R\$ 500 até 1 Mi Demais municípios não informado	7	1 município de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 50 até 100 mil 1 município de R\$ 100 até 500 mil Demais municípios não informado
Minas Gerais	42	9 municípios até R\$ 10 mil 4 municípios de R\$ 10 até 50 mil 2 municípios de R\$ 50 até 100 mil 8 municípios de R\$ 100 até 500 mil 5 municípios mais que R\$ 1 Mi Demais municípios não informado	43	13 municípios até R\$ 10 mil 7 municípios de R\$ 10 até 50 mil 3 municípios de R\$ 50 até 100 mil 4 municípios de R\$ 100 até 500 mil 1 município de R\$ 500 mil a 1 Mi Demais municípios não informado

Estado	Arrecadação por IRPJ	Faixa de valor arrecadado por IRPJ	Arrecadação por IRPF	Faixa de valor arrecadado por IRPF
Rio de Janeiro	11	4 municípios de R\$ 100 até 500 mil Demais municípios não informado	12	4 municípios de R\$ 10 até 50 mil Demais municípios não informado
São Paulo	69	8 municípios até R\$ 10 mil 12 municípios de R\$ 10 até 50 mil 7 municípios de R\$ 50 até 100 mil 11 municípios de R\$ 100 até 500 mil 3 municípios de R\$ 500 mil a 1 Mi 5 municípios mais que R\$ 1 Mi Demais municípios não informado	61	19 municípios até R\$ 10 mil 7 municípios de R\$ 10 até 50 mil 7 municípios de R\$ 50 até 100 mil 5 municípios de R\$ 100 até 500 mil 2 municípios de R\$ 500 mil a 1 Mi 2 municípios mais que R\$ 1 Mi Demais municípios não informado
Total	128 (71%)	-	123 (68%)	-

Entre as regiões, a Sudeste é a que apresentou maior percentual de municípios com arrecadação via IRPJ e IRPF. Quando perguntados quanto à existência de um plano (diagnóstico, plano de prioridades, etc.) que orienta o uso dos recursos do fundo da infância e da adolescência, 50% (n=91) dos municípios respondentes afirmaram possuir esse plano.

Quanto à **relação com a gestão e atores do sistema de garantias**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

Quadro 12. Percentual de municípios respondentes, por estado (Região Sudeste), que afirmaram positivamente aspectos de sua relação com a gestão e com atores do sistema de garantias.

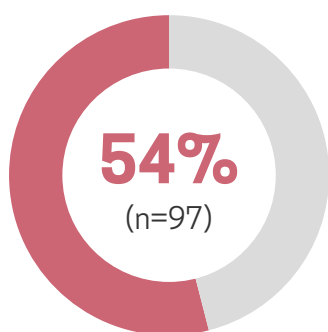
Estado	ES	MG	RJ	SP	Região SE
A gestão municipal tem sido aberta e colaborativa com as ações deliberadas pelo Conselho.	73% (n=8)	66% (n=44)	48% (n=10)	55% (n=45)	59% (n=107)
O Conselho tem efetiva autonomia para realizar suas ações, sem maiores interferências de financiadores.	82% (n=9)	72% (n=48)	71% (n=15)	63% (n=52)	69% (n=124)
O Conselho e o Ministério Público Estadual trabalham de forma articulada e em parceria.	73% (n=8)	51% (n=34)	57% (n=12)	51% (n=42)	53% (n=96)
O Conselho e a Vara da Infância trabalham de forma articulada e em parceria.	55% (n=6)	54% (n=36)	57% (n=12)	56% (n=46)	55% (n=100)
O Conselho trabalha de forma articulada e em parceria com o Conselho Tutelar.	82% (n=9)	72% (n=48)	71% (n=15)	63% (n=52)	69% (n=124)

Quanto às **ações realizadas pelos Conselhos**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

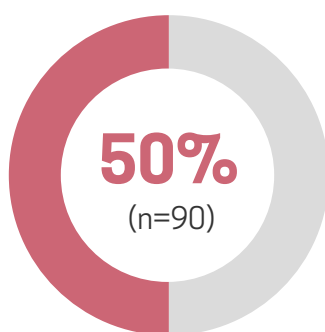
Quadro 13. Percentual de municípios respondentes, por estado (Região Sudeste), que afirmaram positivamente as ações realizadas.

Estado	ES	MG	RJ	SP	Região SE
O Conselho possui um diagnóstico atualizado que define as prioridades.	55% (n=6)	39% (n=26)	24% (n=5)	21% (n=17)	30% (n=54)
Há um documento formal que orienta as ações.	73% (n=8)	61% (n=41)	52% (n=11)	49% (n=40)	55% (n=100)
O Conselho tem um plano decenal que orienta as ações.	36% (n=4)	30% (n=20)	14% (n=3)	24% (n=20)	26% (n=47)
Realiza ações formativas (capacitações) para os conselheiros com boa periodicidade.	45% (n=5)	39% (n=26)	24% (n=5)	26% (n=21)	31% (n=57)
As parcerias entre o Conselho e as organizações da sociedade civil respeitam as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014 (MROSC).	91% (n=10)	66% (n=44)	67% (n=14)	73% (n=60)	71% (n=128)
Lança editais anualmente para receber projetos de organizações da sociedade civil.	67% (n=7)	43% (n=29)	33% (n=7)	50% (n=41)	46% (n=84)
O Conselho tem sido capaz de comunicar suas ações para a sociedade.	55% (n=6)	48% (n=32)	33% (n=7)	40% (n=33)	43% (n=78)

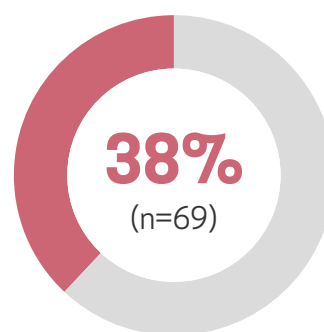
Para os municípios, os **principais desafios vividos atualmente pelos Conselhos** são:



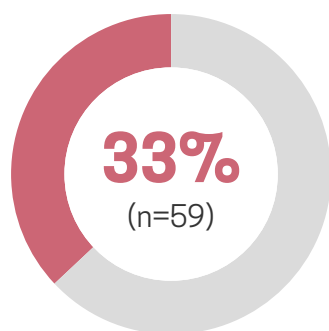
Capacitação limitada dos conselheiros na gestão de políticas públicas.



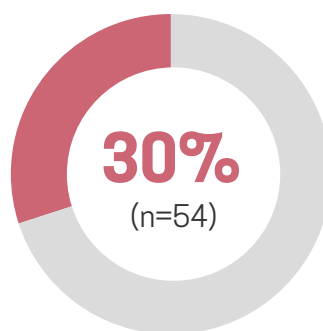
Dificuldades na captação ou gestão de recursos do fundo da infância e adolescência.



Pouca articulação da rede de garantia de direitos da criança e do adolescente.



Capacitação limitada dos conselheiros em temas de infância e adolescência.



Baixo envolvimento dos membros do Poder Executivo no conselho.



E. Região Sul

Na Região Sul, obtivemos respostas de 95 municípios, o que representa 8% do total de cidades da região.

Na **relação com Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente**, entre os 95 municípios respondentes, 94% (n=89) possuem um fundo da infância e adolescência ativo, isto é, um fundo criado por lei, com CNPJ definido, com conta corrente aberta em banco público e inscrito no Ministério dos Direitos Humanos e na Receita Federal. Já 4% (n=4) não possuem fundo ativo e 2% (n=2) não souberam responder.

Quanto à **arrecadação**, o quadro abaixo sintetiza as informações.

Quadro 14. Total de respostas da pesquisa de Conselhos Municipais da Região Sul do Brasil e suas representações no total de respostas da região e no total de municípios por estado.

Estado	Arrecadação por IRPJ	Faixa de valor arrecadado por IRPJ	Arrecadação por IRPF	Faixa de valor arrecadado por IRPF
Paraná	19	2 municípios até R\$ 10 mil 6 municípios de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 50 até 100 mil 3 municípios de R\$ 100 até 500 mil 1 município mais que R\$ 1 Mi Demais municípios não informado	21	5 municípios até R\$ 10 mil 3 municípios de R\$ 10 até 50 mil 3 municípios de R\$ 50 até 100 mil 2 municípios de R\$ 100 até 500 mil Demais municípios não informado
Rio Grande do Sul	23	1 município até R\$ 10 mil 3 municípios de R\$ 10 até 50 mil 2 municípios de R\$ 50 até 100 mil 4 municípios de R\$ 100 até 500 mil 1 município de R\$ 500 mil a 1 Mi 1 município mais que R\$ 1 Mi Demais municípios não informado	28	5 municípios até R\$ 10 mil 7 municípios de R\$ 10 até 50 mil 2 municípios de R\$ 50 até 100 mil 2 municípios de R\$ 100 até 500 mil 1 município de R\$ 500 mil a 1 Mi Demais municípios não informado

Estado	Arrecadação por IRPJ	Faixa de valor arrecadado por IRPJ	Arrecadação por IRPF	Faixa de valor arrecadado por IRPF
Santa Catarina	17	1 município até R\$ 10 mil 4 municípios de R\$ 10 até 50 mil 2 municípios de R\$ 50 até 100 mil 6 municípios de R\$ 100 até 500 mil 1 município mais que R\$ 1 Mi Demais municípios não informado	20	3 municípios até R\$ 10 mil 4 municípios de R\$ 10 até 50 mil 1 município de R\$ 50 até 100 mil 3 municípios de R\$ 100 até 500 mil 1 município de R\$ 500 mil a 1 Mi Demais municípios não informado
Total	59 (62%)	-	69 (73%)	-

Entre as regiões, a Sul é a segunda que apresentou maior percentual de municípios com arrecadação via IRPJ e IRPF. Quando perguntados quanto à existência de um plano (diagnóstico, plano de prioridades, etc.) que orienta o uso dos recursos do fundo da infância e da adolescência, 56% (n=53) dos municípios respondentes afirmaram possuir esse plano.

Quanto à **relação com a gestão e atores do sistema de garantias**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

Quadro 15. Percentual de municípios respondentes, por estado, que afirmaram positivamente aspectos de sua relação com a gestão e com atores do sistema de garantias.

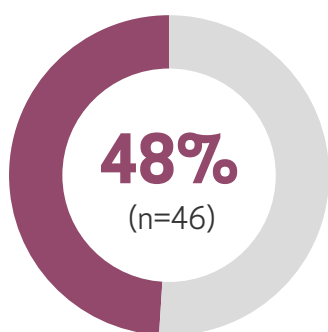
Estado	PR	RS	SC	Região S
A gestão municipal tem sido aberta e colaborativa com as ações deliberadas pelo Conselho.	69% (n=22)	66% (n=23)	61% (n=17)	65% (n=62)
O Conselho tem efetiva autonomia para realizar suas ações, sem maiores interferências de financiadores.	66% (n=21)	74% (n=26)	82% (n=23)	74% (n=70)
O Conselho e o Ministério Público Estadual trabalham de forma articulada e em parceria.	56% (n=18)	57% (n=20)	46% (n=13)	54% (n=51)
O Conselho e a Vara da Infância trabalham de forma articulada e em parceria.	53% (n=17)	66% (n=23)	54% (n=15)	58% (n=55)
O Conselho trabalha de forma articulada e em parceria com o Conselho Tutelar.	72% (n=23)	66% (n=23)	75% (n=21)	71% (n=67)

Quanto às **ações realizadas pelos Conselhos**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

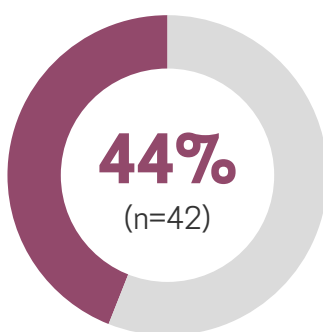
Quadro 16. Percentual de municípios respondentes, por estado (Região Sul), que afirmaram positivamente as ações realizadas.

Estado	PR	RS	SC	Região S
O Conselho possui um diagnóstico atualizado que define as prioridades.	41% (n=13)	46% (n=16)	50% (n=14)	45% (n=43)
Há um documento formal que orienta as ações.	72% (n=23)	49% (n=17)	68% (n=19)	62% (n=59)
O Conselho tem um plano decenal que orienta as ações.	81% (n=26)	31% (n=11)	61% (n=17)	57% (n=54)
Realiza ações formativas (capacitações) para os conselheiros com boa periodicidade.	47% (n=15)	46% (n=16)	32% (n=9)	42% (n=40)
As parcerias entre o Conselho e as organizações da sociedade civil respeitam as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014 (MROSC).	75% (n=24)	74% (n=26)	75% (n=21)	75% (n=71)
Lança editais anualmente para receber projetos de organizações da sociedade civil.	28% (n=9)	49% (n=17)	54% (n=15)	43% (n=41)
O Conselho tem sido capaz de comunicar suas ações para a sociedade.	47% (n=15)	51% (n=18)	43% (n=13)	48% (n=46)

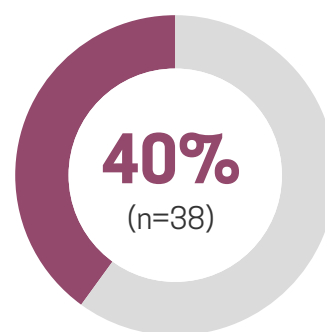
Para os municípios, os **principais desafios vividos atualmente pelos Conselhos** são:



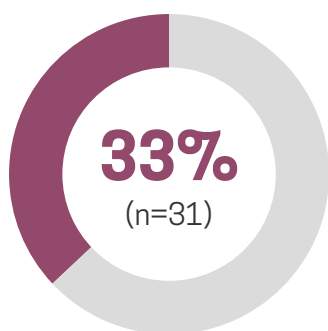
Capacitação limitada dos conselheiros na gestão de políticas públicas.



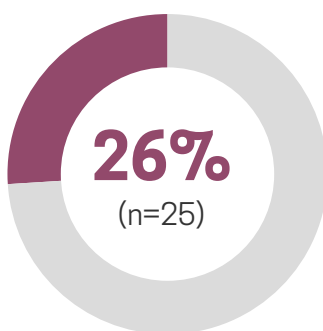
Pouca articulação da rede de garantia de direitos da criança e do adolescente.



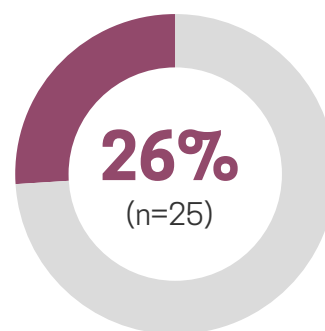
Dificuldades na captação ou gestão de recursos do fundo da infância e adolescência.



Baixo envolvimento da sociedade civil no conselho.



Baixo envolvimento dos membros do Poder Executivo no conselho.



Capacitação limitada dos conselheiros em temas de infância e adolescência.

Pesquisa com conselhos estaduais

A pesquisa para Conselheiros Estaduais abordou questões como a relação com os Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente ou FIAs, a relação com a gestão e com atores do sistema de garantias, as ações realizadas pelos conselhos e os principais desafios enfrentados atualmente.

Obtivemos respostas de 8 estados e do Distrito Federal, conforme se vê na imagem abaixo:



Na **relação com Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente**, à exceção de Amapá e Mato Grosso do Sul, os demais afirmaram possuir um fundo ativo da infância e da adolescência, isto é, um fundo criado por lei, com CNPJ definido, com conta corrente aberta em banco público e inscrito no Ministério dos Direitos Humanos e na Receita Federal.

Quanto à **arrecadação**, o quadro abaixo sintetiza as informações.

Quadro 17. Arrecadação dos Conselhos Estaduais.

Estado	Arrecadação por IRPJ	Faixa de valor arrecadado por IRPJ	Arrecadação por IRPF	Faixa de valor arrecadado por IRPF
Amapá	Não	-	Não	-
Pará	Sim	Não informado	Não	-
Paraíba	Sim	Não informado	Sim	Não informado
Goiás	Sim	R\$ 5 mil entre PF e PJ	Sim	R\$ 5 mil entre PF e PJ
Mato Grosso do Sul	Não	-	Não	-
Distrito Federal	Sim	R\$ 1 Mil	Sim	R\$ 200 mil
Minas Gerais	Sim	R\$ 45 mil	Sim	R\$ 4 mil
São Paulo	Sim	Não informado	Não	-
Paraná	Sim	Não informado	Sim	Não informado

Em relação ao estabelecimento de diretrizes, com base no diagnóstico, para uso dos recursos do fundo, Amapá, Pará e Paraná relataram não possuir esse conjunto de diretrizes.

Quanto à **relação com a gestão e atores do Sistema de Garantia de Direitos**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

Quadro 18. Estados que afirmaram positivamente aspectos da relação entre os atores.

Estado	AP	PA	PB	GO	MS	DF	MG	SP	PR
As diretrizes deliberadas pelo Conselho têm sido respeitadas pelo executivo estadual.						Sim			
Conselheiros da sociedade civil e do poder público têm trabalhado de forma articulada e integrada.			Sim	Sim		Sim			
O Conselho trabalha de forma cooperativa com o Ministério Público Estadual.		Sim	Sim	Sim	Sim			Sim	Sim
O Conselho promove ações de fortalecimento dos conselhos municipais.		Sim	Sim		Sim				Sim
O Conselho tem contado com apoio e engajamento da sociedade civil.	Sim	Sim	Sim		Sim			Sim	
O Conselho tem conseguido comunicar adequadamente suas ações para a sociedade.			Sim		Sim			Sim	

Quanto às **ações realizadas pelos Conselhos**, o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas.

Quadro 19. Estados que afirmaram positivamente as ações realizadas pelos Conselhos Estaduais.

Estado	AP	PA	PB	GO	MS	DF	MG	SP	PR
O Conselho tem conseguido orientar políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente.						Sim			
O Conselho tem criado medidas inovadoras para facilitar seu trabalho cotidiano (otimização de processos, uso de ferramentas tecnológicas, etc.).			Sim	Sim		Sim			
O Conselho tem realizado ações em parceria com secretarias estaduais em prol da defesa e promoção dos direitos da criança e adolescente.		Sim	Sim	Sim	Sim			Sim	Sim
A parceria com institutos e fundações privadas tem sido um importante vetor de fortalecimento das ações do Conselho.		Sim	Sim		Sim				Sim
A parceria com empresas tem sido um importante vetor de fortalecimento das ações do Conselho.	Sim	Sim	Sim		Sim			Sim	
A parceria com universidades tem sido um importante vetor de fortalecimento das ações do Conselho.			Sim		Sim			Sim	

Quanto aos **principais desafios vividos atualmente pelos Conselhos Estaduais** respondentes:





4.

A ESCUTA DE CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS: GRUPOS FOCAIS E ESTUDOS DE CASO

4.1. Fortalecimento dos Conselhos: trabalho conjunto de múltiplos atores

De modo geral, os(as) conselheiros(as) ouvidos(as) pela pesquisa têm um bom entendimento sobre o que sejam conselhos fortes, ainda que nem todos(as) considerem que os órgãos em que atuam se encontram nessa situação. De início, apontam **elementos internos** ao próprio conselho que o caracterizam como um órgão fortalecido. Mas reconhecem que esses elementos dependem fortemente da **relação com outros sujeitos sociopolíticos**, pois a complexidade da política pública voltada à criança e ao adolescente depende necessariamente de um trabalho em rede e colaborativo.

4.1.1. Olhar para dentro dos Conselhos: o que caracteriza conselhos fortes?

Diferentes elementos caracterizam instituições fortes. É a sua combinação que torna os conselhos capazes de atuar com efetividade na defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, pois são elementos que se complementam. Independentemente do perfil do(a) conselheiro(a) escutado(a), há relativo consenso em relação ao que é necessário para que um conselho atue em condições favoráveis. Entre esses elementos, destacam-se:



Conselheiros(as) capacitados(as): capacidades técnicas de gestão e orçamento, e conhecimento da legislação pertinente ao tema da criança e do adolescente são tidos como fundamentais para a boa atuação de conselheiros(as), e nem sempre são garantidos. As capacidades dos conselheiros(as) implicam, inclusive, suas habilidades e seu compromisso para mobilizar, pressionar politicamente e identificar pontos cegos.



Capacidade de mobilização e de trabalho em rede: o conselho não atua sozinho. Para efetiva defesa e promoção de direitos, ele precisa do trabalho em rede e em colaboração com outros atores do Sistema de Garantia de Direitos. Diferentes atores estão implicados e precisam estar igualmente dispostos à promoção do objetivo comum a todos. Ao conselho cabe, também, o papel de mobilizar os demais atores para o trabalho conjunto.



Capacidade de tornar suas ações conhecidas: um conselho fortalecido precisa fazer conhecer suas ações à sociedade civil, de forma geral, e a possíveis parceiros, de forma particular. Junto à sociedade civil, o conhecimento das ações do conselho produz legitimidade social, além de maior capilaridade das ações, com capacidade de chegar a seus públicos-alvo. Já o diálogo com outros atores (privados ou públicos) é capaz de angariar apoios, seja por meio de recursos financeiros (doações e direcionamento de recursos para projetos), seja pelo apoio em ações específicas e campanhas.



Conselheiros(as) com força política: conselheiros(as) precisam ter força política para pressionar a gestão pública em caso de descumprimento dos deveres por parte dela. Para isso, é preciso que tenham os conhecimentos necessários da legislação, dos direitos envolvidos e do papel dos conselhos. É preciso que possam fazê-lo de forma embasada e sustentada (por diagnósticos), com autonomia.



Capacidade financeira e técnica para realizar diagnósticos e planos de ação: os diagnósticos e planos de ação são peças fundamentais para orientar as ações do conselho. Para realizá-los, é preciso haver recursos disponíveis e conhecimentos técnicos que possam mobilizar as ações necessárias (ex. mobilização de atores sociais como a universidade; conhecimento e candidatura a editais que destinem recursos para a realização de diagnósticos, etc.).



Capacidade de atuar junto ao legislativo municipal: propor leis orçamentárias e pressionar pela aprovação de legislação pertinente aos direitos da criança e do adolescente ou ao funcionamento dos próprios conselhos também colabora e expressa seu fortalecimento.



Existência de FIA ativo, com gestão eficiente: a existência de recursos é fundamental para promover ações de atribuição dos conselhos e avançar na defesa e promoção de direitos. Também é importante o conhecimento necessário à boa gestão dos recursos, de modo a viabilizar e potencializar tais ações.



Conselhos bem equipados, com infraestrutura técnica e administrativa: além do espaço físico e equipamentos (internet, computadores, etc.), a existência de infraestrutura administrativa é fundamental. Serviços de contabilidade e assistência jurídica, por exemplo, são essenciais para o encaminhamento de ações, e até mesmo para a candidatura a editais que podem trazer recursos aos conselhos.

A boa atuação dos conselhos não depende exclusivamente de suas forças internas, como veremos adiante. A capacitação dos conselheiros é algo muito valorizado, não só pela qualificação que promove a atuação desses atores, mas também por fortalecer sua própria capacidade de pressionar e mobilizar atores externos para o trabalho conjunto. Conselheiros capacitados têm mais força para:

- Pressionar a gestão de forma embasada.
- Atuar efetivamente de acordo com suas atribuições.
- Fazer proposições e mobilizar campanhas, atores (privados e públicos) e viabilizar sua participação em editais para captação de recursos.

“

Quando eu falei do conhecimento dos conselheiros: quando ele vai conversar com o prefeito, com os secretários, que você chega lá empoderada do conhecimento, sabendo o que é a lei, eles te escutam, e muitas vezes acabam concordando contigo porque veem que você sabe o que está falando, está em lei.

”

GF - perfil conselhos estruturados

“

Não basta vontade, tem que ter conhecimento. Sem conhecimento a gente não sabe o quê ou como fazer.

”

GF - perfil conselheiros iniciantes/primeiro mandato

4.1.2. Olhar para fora dos conselhos: fatores de fortalecimento

Os elementos apontados anteriormente precisam ser pensados em conjunto com fatores e sujeitos externos aos conselhos, pois trata-se de um trabalho necessariamente colaborativo, em que a falta de apoio isola e dificulta a ação dos conselhos municipais. Nas escutas realizadas com conselheiros(as), nota-se o destaque dado às relações próximas com a gestão municipal e os atores do Sistema de Garantia de Direitos.

A relação colaborativa com a gestão municipal tem sua importância reiterada pelos(as) conselheiros(as). Por regra, conselhos enfraquecidos relatam problemas na relação com esse ator. Da gestão espera-se uma série de ações, parte delas por dever previsto por lei, fundamentais para viabilizar e fortalecer as ações dos conselhos. Entre as ações de uma gestão municipal comprometida, destacam-se:

- **A gestão reconhece a importância dos conselhos:** é aberta ao diálogo e à escuta de suas demandas.
- **Repassa recursos para o FIA:** ainda que o preceito esteja previsto em lei, houve relatos em que isso não acontece, dificultando as ações do conselho.
- **Indica conselheiros(as) comprometidos(as) e capacitados(as) no tema dos direitos da infância e adolescência:** para que eles possam, em ação colaborativa com os representantes da sociedade civil, somar esforços e competências para a promoção das ações.
- **Disponibiliza infraestrutura técnica e administrativa para os conselhos:** sempre que os órgãos não tenham sua própria infraestrutura, sua disponibilização por parte do poder executivo mostra-se fundamental para o funcionamento minimamente adequado dos conselhos (contador, assessoria jurídica, profissionais da gestão informados sobre as atribuições dos conselhos, promoção de comunicação entre os diferentes serviços do Sistema de Garantia de Direitos, etc.).

Trabalho em rede com outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos: os(as) conselheiros(as) reconhecem que o trabalho dos conselhos é impactado pela boa relação e pelo trabalho colaborativo entre os diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos. **Ministério Público e Conselho Tutelar** estão entre os mais citados. Do primeiro, esperam-se sensibilidade e compromisso com o tema da infância, mencionando-se, notadamente, sua capacidade de cobrar a gestão pública na efetivação de políticas voltadas à infância e à adolescência. O Conselho Tutelar tem sua importância reconhecida pelo atendimento direto aos públicos e pelo conhecimento que tem do território e das necessidades locais, fundamental para orientar, por exemplo, bons diagnósticos ou planos de ação.

4.2. Desafios enfrentados pelos conselhos

Quando conselheiros(as) são chamados(as) a pensar sobre os desafios que seus conselhos atravessam hoje, destacam-se aqueles ligados ao **funcionamento cotidiano** e imediato desses órgãos, seus sujeitos e infraestrutura. A **relação com a gestão municipal** também se destaca, pelos impactos negativos que causa quando não apoia o conselho. Espontaneamente, pouco ou nada é mencionado a respeito do ambiente legislativo ou de instâncias administrativas mais distantes, como conselhos estaduais ou o nacional, o que mostra o quanto a atuação dos conselhos se encontra hoje constrangida pelos desafios mais imediatos, próximos ou cotidianos. Assim, destacam-se entre os desafios vividos atualmente pelos conselhos:



Gestão municipal que não toma a questão da infância e adolescência como prioridade: a) na indicação de conselheiros(as) pouco comprometidos(as) ou com pouco conhecimento na área; b) na falta de destinação de recursos ao fundo da infância, em desacordo com a legislação.



A relação entre conselheiros representantes da sociedade civil e da gestão pública é considerada um desafio, especialmente pelos primeiros, que apontam a falta de colaboração e diálogo entre as duas categorias.



Ausência ou insuficiência de infraestrutura administrativa (assessoria financeira, jurídica, etc.) cria dificuldades para a realização de ações cotidianas ou mesmo para a incidência mais efetiva em propostas legislativas, candidatura a editais de direcionamento de recursos, etc.



Insuficiência de recursos, cujos impactos se dão, entre outras coisas, na incapacidade de realização de diagnósticos.



Inexistência de recursos no fundo da infância ou insuficiência de conhecimento por parte de conselheiros(as) para a sua boa gestão.



Falta de capacitação de conselheiros.

“

Um diagnóstico em um município de mais de 300 mil habitantes é muito caro. Buscamos alternativas de arrecadação, mas sem sucesso.

”

GF, conselheiro - perfil conselho estruturado

“

Municípios pequenos não têm profissionais, capacitação de captação de recursos, os recursos ficam pra Sul e Sudeste.

”

GF, conselheira - perfil conselheiros experientes

“

Existem desafios para gerenciar recursos do fundo - são recursos públicos, com muitas regras, recebimento de dinheiro, declaração, parte contábil.

”

GF, conselheiro - perfil contemplados por doações da RT

No que diz respeito à crítica recorrente da relação com a gestão municipal e os impactos negativos que uma gestão pouco comprometida pode causar, o contraponto vem dos conselheiros governamentais. Ainda que admitam que a falta de apoio governamental impacta a força dos conselhos, reforçam o papel do próprio conselho na cobrança da gestão. Nesse sentido, conselheiros(as) bem capacitados(as) e informados(as) dos direitos e deveres relacionados ao tema, além das condições próprias de seus municípios, estariam mais habilitados e fortalecidos para pressionar e exigir da gestão o apoio necessário a seu bom funcionamento.

4.3. Boas práticas em curso: exemplos vindos de alguns conselhos

Tão importante quanto conhecer os desafios enfrentados pelos conselhos é também poder identificar práticas e ações em curso que têm logrado produzir fortalecimento nesses órgãos. Como essas práticas operam? Quais sujeitos estão envolvidos? Em que medida elas podem inspirar práticas semelhantes em outros espaços, considerados os contextos e particularidades de cada município? Ou ainda, o que elas revelam dos elementos necessários ao bom funcionamento dos conselhos e que precisam ser garantidos pelo conjunto de atores envolvidos?

Abordaremos esses elementos a partir das três entrevistas em profundidade realizadas com conselheiros(as) cujos conselhos são reconhecidos pela Rede Temática por sua boa estruturação e por terem hoje garantidas as condições mínimas necessárias para seu bom funcionamento. Aproximar as lentes desses órgãos permite perceber as relações e condições estabelecidas para isso.



CMDCA de Glória do Goitá (PE)

Glória do Goitá (Pernambuco), 30 mil habitantes (população estimada 2021, IBGE)

Entrevistado: Gilson do Amaral Leão (presidente, representante da sociedade civil)

O CMDCA de Glória do Goitá (PE) é reconhecido dentro e fora do Estado como uma referência de bom funcionamento. O presidente do conselho, Gilson do Amaral Leão, está na função há seis anos, e a exemplaridade do órgão em que atua faz com que ministre hoje processos de formação para conselheiros(as) de outras regiões do Estado. Sua fala sobre o conselho de Glória do Goitá ilumina aspectos importantes sobre a constituição de um conselho forte, que implicam estruturas e relações.

O Conselho de Glória do Goitá conta hoje com:

- Sede e infraestrutura básica de equipamentos.
- Assessoria jurídica.
- Equipe de 5 funcionários, qualificados e capacitados na função; conselheiros comprometidos e capacitados.
- Fundo ativo e com boa arrecadação de recursos.
- Projetos financiados por membros da Rede Temática (Itaú Social e Santander).

Importante observar os processos que possibilitam essa estruturação ao longo do tempo e a sua permanência ou reforço. Entre os elementos apontados por Gilson, destacam-se:



Colaboração entre governo e sociedade civil: cientes do seu papel e da necessidade de combiná-los, as duas frentes desenvolvem trabalho colaborativo.



Disponibilidade de recursos no fundo da infância e conselheiros(as) capacitados(as) para a busca de outras fontes: os recursos financeiros são fundamentais para o desdobramento das ações do conselho. Além do repasse municipal, obrigatório, conta para isso a própria capacidade dos conselhos em mobilizar atores privados para doação (PJ e PF) ou se candidatar a editais que direcionam recursos para projetos.



Diagnósticos que orientam e informam as ações: o CMDCA de Glória do Goitá possui diagnóstico para orientar suas ações. A existência de recursos é frisada por grande parte dos entrevistados como algo que viabiliza sua realização. Em situações de escassez de recursos, a capacidade do conselho de identificar editais específicos para isso é outra possibilidade apontada.



Conselheiros(as) comprometidos(as) e capacitados(as): Glória do Goitá conseguiu avançar no processo de escolha de conselheiros(as) da sociedade civil e nas representações vindas da gestão pública, o que reverbera no compromisso dos profissionais. Os processos de capacitação, pelos quais Glória do Goitá também é reconhecido, qualificam conselheiros(as) não só para o trabalho ordinário, mas ainda para a busca de alternativas de ampliação das ações, como captação de recursos, mobilização de outros atores sociais para as ações e até mesmo a pressão junto à gestão pública, quando necessário.



Trabalho em rede: o conselho de Glória do Goitá tem conseguido mobilizar outros sujeitos do Sistema de Garantia de Direitos, permitindo enfrentar a questão dos direitos da infância de forma integrada e articulando parceiros.

A participação em editais de financiamento de projetos e programas como o Selo Unicef exige um conselho bem estruturado e efetivo na promoção e defesa de direitos da criança e adolescente. Por sua vez, a participação nesses editais e programas potencializa ações e processos formativos de conselheiros, estabelecendo-se um círculo virtuoso.

Entendendo o “compromisso dos conselheiros”: este é frequentemente apontado como um elemento importante para o bom funcionamento dos conselhos. Contudo, isso não pode ser percebido como uma característica “nata” dos sujeitos, mas como algo construído e potencializado por um conjunto de atores sociais e políticos. Uma gestão pública comprometida indica profissionais capacitados e envolvidos com o tema da infância. Um conselho comprometido fomenta processos de escolha de representantes da sociedade civil baseados em critérios transparentes e condizentes com a defesa de direitos.

“

Às vezes a própria gestão nega o emprego do recurso [do fundo da infância], mas o conselheiro informado sabe cobrar, baseado na legislação.

”

“

Uma rede integrada e trabalhando junta também potencializa o trabalho. O conselho também tem a função de mobilizar e estreitar as relações com a rede.

”

“

Já participei de formação em que eu perguntava para o conselheiro: seu conselho tem um fundo ativo? E a pessoa não sabia. Isso dá processo administrativo.

”

(Gilson do Amaral, presidente do CMDCA de Glória do Goitá/PE)



CMDCA de Barcarena (PA)

Barcarena, Pará, 129 mil habitantes (população estimada 2021, pelo IBGE)

Entrevistada: Natalina Menezes (presidente, representante da gestão municipal)

A entrevistada, presidente do Conselho, afirma que o órgão conta, hoje, com as condições necessárias para funcionar bem.

O Conselho de Barcarena conta hoje com:

- Sede própria.
- Secretaria executiva com dois técnicos de nível superior.
- Diagnóstico que orienta as ações.
- Conselheiros capacitados.
- Projetos financiados por membros da Rede Temática (Itaú Social e Santander).

Ainda que no caso de Barcarena a interlocutora seja representante do poder público, a percepção sobre a importância dos diferentes atores para a construção de conselhos fortes guarda semelhança com as percepções do presidente do CMDCA de Glória do Goitá, representante da sociedade civil. Mais uma vez, o **reconhecimento da gestão municipal em relação aos conselhos e o trabalho articulado com outros atores do Sistema de Garantia de Direitos** se destacam. Além de contar com esses fatores, para a presidente do conselho de Barcarena o órgão hoje se encontra fortalecido por outros avanços que vêm sendo alcançados:



Conhecimento aprofundado do território, situado em contexto amazônico, com áreas de difícil acesso e riscos de subnotificação de violação de direitos. Os desafios iniciais para o diagnóstico puderam ser enfrentados com o apoio da Universidade Federal do Pará, onde foi mobilizada equipe de pesquisadores para acesso às áreas mais remotas.



A ampliação do atendimento para populações em alta vulnerabilidade, como crianças e adolescentes ribeirinhos, foi possibilitada por **editais específicos** para programas que atendem essa população, publicados pelo **Itaú Social**.



Campanhas para dar visibilidade às ações do conselho, construindo legitimidade social e transparência, que incentivam e favorecem o ambiente para doações.

“

A capacitação é muito importante: para que eu atue de forma coerente; saiba meu papel, minha atribuição. [...] precisa conhecer a legislação, o regimento, as responsabilidades, as bases legais e obrigações. Conhecer!

”

“

Fazemos evento em que mostramos os projetos aprovados; postamos em redes sociais. Assim, as empresas também veem e têm confiança de doar.

”

(Natalina Menezes, presidente do CMDCA de Barcarena/PA)

CMDCA de Santarém/PA



Santarém, Pará, 308 mil habitantes (população estimada 2021, pelo IBGE)

Entrevistada: Roselene M. Duarte de Andrade (vice-presidente, representante da gestão municipal)

O CMDCA de Santarém também conta com as especificidades do contexto amazônico (como as populações ribeirinhas e tradicionais), áreas isoladas com subnotificação de violação de direitos, desafios decorrentes de questões antigas e conhecidas como desenvolvimento predatório da região (como grilagem de terras, extração ilegal de produtos da floresta, expansão da fronteira agrícola, contaminação oriunda de garimpo e extração mineral industrial). Nos últimos anos, enfrenta o desafio de garantir o direito de crianças e adolescentes venezuelanos, oriundos dos fluxos migratórios recentes para o município. Apesar dos desafios enfrentados, o conselho também é percebido como um órgão fortalecido, condição afirmada por sua vice-presidente. Os processos pelos quais esse fortalecimento é possível envolvem múltiplos atores, tanto os internos aos conselhos (profissionais capacitados, por exemplo) quanto os externos, que dizem respeito às relações estabelecidas e mobilizadas pelo conselho.

Caracterização do conselho:

- Município faz parte do Selo Unicef e Prefeito Amigo da Criança (Abrinq).
- Conselho faz parte do Projeto Amigo de Valor (Santander); FIA ativo e com recursos, e conselho com forte capacidade de mobilização para doações por entes privados.
- Reconhecido trabalho conjunto entre conselho e gestão.

Diferentes ações realizadas pelo conselho iluminam processos trilhados no seu fortalecimento. Neles o conselho de Santarém exerce importante papel de protagonista e mobilizador.



Construção e fortalecimento de trabalho intersectorial: o conselho vem conseguindo articular diferentes secretarias municipais para o trabalho conjunto, baseado nos instrumentos legais que preveem essa possibilidade. O conselho tem atuado na capacitação de profissionais da saúde para que possam identificar violação de direitos, por exemplo, ampliando, assim, o alcance do atendimento.



Trabalho consistente com atores do Sistema de Garantia de Direitos (trabalho em rede), destacando-se a formação oferecida a conselheiros tutelares.



Comunicação permanente das ações do conselho e diálogo com atores públicos para o trabalho conjunto.



Mobilização de campanhas para captação de recursos para o fundo da infância e adolescência. Para isso, também mobiliza parcerias com outros conselhos ou órgãos públicos e privados (ex. conselho do idoso, associação de contadores, conselho regional de contabilidade, etc. para convencimento de doações de IR).

No conselho de Santarém, evidencia-se a importância da participação em programas como Selo Unicef e Prefeito Amigo da Criança. Ao mesmo tempo que os programas oferecem apoio para os municípios que deles participam, também criam exigências que mobilizam os conselhos e a gestão municipal à assertividade e a compromissos com ações voltadas aos direitos de crianças e adolescentes.



Diagnóstico territorial: o conhecimento do território e de suas necessidades é fundamental para orientar as ações do conselho na promoção dos direitos da infância e adolescência. Além disso, os dados também sustentam e embasam candidaturas a editais para consecução de recursos, que podem viabilizar mais ações do conselho. Há, inclusive, editais que apoiam a execução de diagnósticos e que podem ser mais conhecidos e acessados pelos órgãos.



Mobilização de atores para campanhas: um exemplo é a Campanha Faça Bonito, de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, em que, além da campanha midiática (rádios, TV, redes sociais), o conselho mobilizou atores sociais, como a Polícia Rodoviária, para maior efetividade da ação.

“

O Selo Unicef exige comissão intersetorial, então o conselho puxa isso. [em referência ao trabalho intersetorial que o conselho vem mobilizando]

”

“

O gestor também é muito participativo. É Prefeito Amigo da Criança (prêmio concedido pela Fundação Abrinq aos gestores que implementam ações concretas pelos direitos da criança e adolescente nos municípios). Então tem que trabalhar orçamento da infância; redução da mortalidade materna, etc. O gestor participa dessa convocação.

”

“

O conselho capacita a rede, por exemplo, pra detecção de violação de direitos, pela saúde. Formação com assistência, saúde, educação, proteção especial - fazemos toda essa formação.

”

(Roselene Andrade, vice-presidente do CMDCA de Santarém/PA)

4.4. Efeitos das ações da Rede Temática no fortalecimento dos conselhos

Na fala dos(as) conselheiros(as), as doações de Pessoas Físicas e Jurídicas ao fundo da infância e adolescência e os editais que direcionam recursos para projetos promovidos por organizações filantrópicas e sociais têm enorme importância e reconhecimento. Em alguns casos, trata-se mesmo de viabilizar ações que, de outro modo, estariam impossibilitadas pela insuficiência do orçamento municipal, ou mesmo pelo descumprimento legal de prefeituras em relação ao repasse de recursos para o fundo. Nota-se, igualmente, que esses apoios também colaboram para o fortalecimento de ações em curso, contando para sua sustentabilidade e ampliação.

“

Temos projeto do Santander desde 2016. No início tivemos dificuldade com a DBF (declaração de benefícios fiscais), o contador da prefeitura não entendia que era sua atribuição. Mas foi resolvido. Também temos um projeto pelo Itaú; outro pelo BB; outros por grandes empresas. A prefeitura não destina valor para o fundo de Várzea Grande, então o conselho é totalmente dependente desses editais e da captação direta.

”

GF, CMDCA de Várzea Grande (MT) - perfil conselho estruturado

“

O financiamento do IS proporcionou gincanas, feiras culturais, colônias de férias, inclusão ampla da pessoa com deficiência de forma integral. Estamos há dois anos sem financiamento, mas mantendo as atividades. A sustentabilidade é cobrada pelo Itaú [...] Para Forquilha, o primeiro financiamento foi o do Itaú. Nunca tinha entrado um centavo.

”

GF, CMDCA de Forquilha (CE) - perfil conselheiros experientes

A seguir, nos detemos nas avaliações de conselheiros(as) em relação aos editais e programas de direcionamento de recursos para projetos, notadamente aqueles promovidos por membros da Rede Temática (Itaú Social e Santander).

4.4.1. Onde as ações da Rede Temática já têm feito diferença

Os efeitos de direcionamento de recursos para projetos e as características dos editais de Itaú Social e Santander são notados em diferentes frentes.

- **Editais fomentam processos formativos de conselheiros(as)**, incidindo diretamente na insuficiência de capacitação, frequentemente citada como desafio. Valoriza-se, nesse sentido, que os apoios não se limitem à oferta de recursos propriamente ditos, mas incluam também a qualificação, que contribui para o fortalecimento de conselhos e ações.

“

O projeto do Santander é completo, porque, além de aportar o recurso para o projeto enviado, ele capacita a entidade e os conselhos, então de todos os que a gente participou, é o mais completo, porque pensa no todo.

”

GF, CMDCA de Vacaria/RS - perfil estruturado

- **O tempo de duração dos editais permite a sustentabilidade das ações:**

“

Os editais do Santander têm duração de no mínimo dois anos, o que dá previsibilidade e tempo de execução.

”

GF, CMDCA de Coruripe/AL - perfil conselheiros experientes

- **A aprovação em editais promove percepção de valorização nos conselhos**, tanto por se sentirem reconhecidos (municípios menores) quanto porque a aprovação demonstra a própria estruturação do conselho.

“

Manacapuru está sendo vista como um lugar para se investir. Ter sido aprovada nesse edital [Itaú Social], um FIA funcionando, o SIPIA (sistema de informação para a infância e adolescência) implantado nos colocam no mapa.

”

GF, CMDCA de Manacapuru/AM - perfil grupos contemplados por doações dos agentes da RT

“

Participar do Amigo de Valor demonstra a nossa organização, a boa execução de recursos.

”

entrevista, CMDCA de Santarém/PA

- **Editais que observam as especificidades regionais** colaboram para a promoção da equidade entre conselhos e municípios:

“

Quando se lança algo nacional, o Nordeste perde muito, porque as organizações do Sul e Sudeste são muito grandes, nossos municípios são pequenos. Itaú lança que cada território tem um percentual de editais, isso é muito bom [...] Os financiamentos de bancos grandes também geram círculo virtuoso - outros financiadores veem fazendo e também vão querer fazer.

”

GF, CMDCA de Forquilha/CE - perfil conselheiros experientes

4.4.2. Onde as ações da Rede temática ainda podem avançar

Em que pesem as percepções positivas acerca dos editais e direcionamento de recursos promovidos por Itaú Social e Santander, os(as) conselheiros(as) também destacam elementos que podem colaborar para maior fortalecimento das ações e dos conselhos.

- **Importância de os editais respeitarem os tempos diferenciados dos conselhos.** Conselhos menos estruturados podem ter dificuldades em atender às exigências e procedimentos necessários para a apresentação de projetos, o que pode gerar atrasos que inviabilizam as candidaturas.

“

Hoje temos um projeto com o Itaú Social. Tivemos dificuldade: sem assessoria especializada, não incluímos o valor em tempo hábil na LOA [Lei Orçamentária Anual]. Mas resolvemos. Também tentamos um projeto com o Santander. Só deu tempo de os governamentais apresentarem projeto.

”

GF, Manacapuru/AM - perfil grupos contemplados por doações da RT

“

O Itaú deixou bom prazo para os municípios enviarem projetos. Dá tempo de fazer chamamento público com base no marco regulatório, o que viabiliza a participação da sociedade civil. As linhas do edital Itaú são abrangentes, o que é bom.

”

GF, CMDCA de Coruripe/AL - perfil conselheiros experientes

- **Proximidade dos financiadores com os municípios e conselhos** pode colaborar para ações mais sensíveis às especificidades locais.

“

[É importante uma] relação mais próxima dos bancos [financiadores dos programas], [que realizem] visita. Ter a visão de quem eles estão financiando faz diferença. Norte e Nordeste têm especificidades que merecem ser olhadas.

”

GF, Manacapuru/AM - perfil grupos contemplados por doações da RT

- **Variedade nos eixos de ação passíveis de direcionamento de recursos** fazem com que a diversidade de projetos em curso no município possa ser apoiada:

“

Temos projetos financiados por Santander, Chesf, etc. São recursos complementares. Com eles, as entidades puderam se fortalecer: [adquiriram] estrutura física, equipamentos, qualificação de pessoal, [promovendo] melhora em termos de qualidade incomparável. A dificuldade é escolher um projeto para a concorrência, sendo que são vários importantes. Quando o edital tem diferentes eixos, facilita.

”

GF, CMDCA de Paulista/PE - perfil estruturado



RECOMENDAÇÕES À LUZ DOS DESAFIOS ATUAIS

O esforço da Rede Temática de conhecer a realidade atual dos conselhos é algo a ser valorizado. É o conhecimento aprofundado dessa realidade e a escuta daqueles que atuam “na ponta” que podem permitir ações mais assertivas e em diálogo com as necessidades de conselhos e municípios.

Na escuta de conselheiros(as), nota-se o quanto as ações de membros da Rede Temática, os editais e programas de Itaú Social e Santander já têm oportunizado fortalecimentos importantes dos conselhos municipais, reconhecidos e valorizados pelos sujeitos da pesquisa.

Contudo, notam-se, igualmente, os desafios com que os conselhos lidam cotidianamente. Alguns deles de longa data, no esforço mesmo de implementação e fortalecimento desses importantes órgãos de defesa de direitos. Outros advindos das grandes desigualdades regionais que caracterizam o território brasileiro. Tudo isso foi agravado nos anos recentes, face a um contexto político de tentativas de esvaziamento dos espaços de participação social, como a extinção de conselhos participativos, em 2019. Diante do novo contexto político que se anuncia com as eleições federais de 2023, mais propício à participação, é louvável e oportuna a soma de diferentes atores sociais que possam atuar no fortalecimento dessas instituições.

Diante disso, e considerados os aprendizados de todas as fases da pesquisa, esboçamos algumas recomendações à Rede Temática, cujo sentido é o de seguir e ampliar seu trabalho junto aos conselhos, colaborando para seu fortalecimento.



- 1. Tornar-se referência de apoio aos conselhos:** os conselhos municipais, especialmente aqueles localizados em municípios menores e mais afastados dos grandes centros, passam por múltiplas carências e dificuldades (desde recursos materiais até conhecimentos e repertórios técnicos). A Rede Temática pode colocar-se como uma referência de apoio aos conselhos, produzindo e disponibilizando, por exemplo: a) materiais de formação em linguagem clara, leve e acessível; b) promovendo formações e capacitações; c) facilitando a aproximação entre conselhos e a promoção de trocas de experiências entre eles, dentre outras ações.²

² Esse tipo de ação é raro no Brasil e muito bem-vindo em um contexto de escassez de referências e fontes de apoio, formação e informação. Proposta inspiradora pode ser vista na ação board source, nos Estados Unidos: <https://boardsource.org/>



- 2. Apoio na construção de referenciais para atuação:** os conselhos precisam de apoio técnico e financeiro para a construção de diagnósticos municipais, planos de ação, planos municipais da primeira infância. Tais apoios podem se realizar tanto via editais quanto na construção de canais e materiais de consulta e referência, que permitam aos conselheiros ter acesso a informações de forma facilitada.



- 3. Investir na formação de conselheiros(as):** ainda que o bom funcionamento dos conselhos não deva ser atribuído somente às competências individuais dos(as) conselheiros(as), sua capacitação é fundamental. A tarefa de conselheiro(a) exige conhecimentos técnicos que nem sempre detêm: gestão de recursos, legislação e políticas públicas, conhecimentos jurídicos, etc.



- 4. Chamar parcerias com o Ministério Público:** a efetiva atuação dos conselhos na defesa e promoção dos direitos da infância e adolescência passa necessariamente pela colaboração dos diferentes atores do Sistema de Garantias de Direitos, notadamente o sistema de justiça.



- 5. Fortalecer os conselhos para a captação de recursos e fomentar doações:** ainda é baixa a captação de recursos de Pessoas Físicas ou Pessoas Jurídicas para os fundos da infância e adolescência. Ações que divulguem e/ou fomentem essa possibilidade podem contribuir para o aumento dos recursos do FIA.



- 6. Manter e aperfeiçoar editais:** o direcionamento de recursos para projetos, por membros da RT, tem sua importância reconhecida pelos participantes, notadamente aqueles conselhos mais frágeis em municípios com baixo orçamento. Editais que atentem para especificidades regionais e necessidades locais, e que contemplem diferentes eixos de atuação dos projetos promovem maior equidade entre municípios e diversidade de ações. Além disso, o cuidado com a temporalidade dos editais também merece atenção: responder a um edital exige ações dos conselhos que levam tempo e criam dificuldades, especialmente para aqueles menos estruturados.



- 7. Aproximar-se dos conselhos com projetos financiados:** conhecer a realidade local, conhecer in loco os projetos financiados e pessoas envolvidas em sua realização pode trazer insumos para a elaboração de editais, baseados nas evidências e na realidade.



- 8. Investir na produção de conhecimento sobre os conselhos:** é escassa a produção acadêmica sobre os conselhos da criança e do adolescente, o que faz com que esses órgãos sejam pouco conhecidos e reconhecidos pela sociedade de forma mais ampla. Promover pesquisas e fomentar a divulgação de seus resultados também colabora para que esses órgãos e seu tipo de atuação possam ser mais conhecidos e apropriados pela sociedade civil.



- 9. Fomentar a discussão sobre as infâncias brasileiras, colaborando para o fortalecimento do debate:** o Brasil é um país marcado por sua diversidade étnico-racial, além das diferenças e desigualdades regionais, que se expressam na existência de múltiplas infâncias (com experiências diversas de classe, raça, gênero, cultura). Atentar para essa diversidade e promover o debate sobre ela colabora para uma compreensão mais abrangente e rica das infâncias brasileiras, com efeitos importantes na própria atuação social e política que tem crianças e adolescentes como foco.

Por fim, é preciso considerar que, em um momento político de transição em nível de governos federal e estaduais, frente a um período recente de desmonte de políticas públicas, de aumento das desigualdades sociais e esvaziamento de instâncias participativas, é de se esperar que no próximo período os conselhos estejam se empenhando para recobrar suas forças, planejar e reorientar suas ações. Em um momento como esse, o apoio de órgãos como a Rede Temática será fundamental e necessário para a reconstrução e fortalecimento desses conselhos, para que possam iniciar bem um novo ciclo político, oxalá com horizontes mais promissores.

FICHA TÉCNICA:

COORDENAÇÃO DA REDE TEMÁTICA GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ana Claudia Cifali - Alana

Eloísa Martins Canquerini - Santander

Eva Dengler - Childhood

Ricardo Batista - GIFE

COORDENAÇÃO GERAL

Eloísa Martins Canquerini - Santander

Ricardo Batista - GIFE

Aline Rosa - GIFE

PARCEIRO TÉCNICO

PACTO - Organizações Regenerativas

Gestão do projeto: Cris Chiofalo

Supervisão técnica: Rogério Silva

Pesquisadoras responsáveis: Eliane Alves e Patrícia Iacabo

Revisão: Kiki Mori

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Casa Azul Conteúdo e Design para Sustentabilidade